



Anais da Assembléia

Nº 179

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 1993

ANO XI X

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado OVIDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djaima de Almeida César - Cleiton Kielese Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; PP - 10: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli; PFL - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes** PFL e PRN: José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; PDT - 08: Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Saites Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Rossoni - Valderi Mendes Vilela; **Suplentes:** Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; PTB - 10: Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregoneze - Luiz Carlos Aiborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; PSDB - 02: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig; **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko; PT - 03: Ovídio José Constantino - Emani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pericles de H. Mello; PL - 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi, Mário Vargas J. da Rocha; SEM PARTIDO - 02: Hermas Eurides Brandão - Carlos Xavier Simões. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e Cidadania; Algaci Ornário Túlio - Secretário Municipal Extraordinário de Assuntos Metropolitanos da Capital do Estado.

● SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/93

SÚMULA: Fixa a remuneração do Governador e vice-Governador do Estado do Paraná.

DATA: 14 de dezembro de 1993.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 73 da Constituição Estadual combinado com o Art. 123 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - A remuneração do Governador do Estado para o exercício de 1994, fica fixada no valor da remuneração do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, acrescida de 20% (vinte por cento) a título de ajuda de custo.

Art. 2º - A remuneração do vice-Governador do Estado, para o exercício de 1994, fica fixada no valor da remuneração do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, acrescida de 15% (quinze por cento) a título de ajuda de custo.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 1994.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 14.12.93.

(a) ORLANDO PESSUTI
Presidente

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 19ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 1993
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Eurides Moura e Luiz Carlos Alborghetti.

Às dezessete horas e quarenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Gui-

Curitiba, terça, em 14.12.93

marães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço, Valderi Mendes Vilela e Rossoni (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 4991

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - das Proposições nºs 061/93 e 084/93.

I - Proposição nº 061/93 - Acresce ao Art. 179 da Constituição do Estado do Paraná, dois novos parágrafos.

II - Proposição nº 084/93 - Acresce parágrafo ao Art. 27 da Constituição do Estado do Paraná.

Aprovadas.

COMISSÃO ESPECIAL DE
REFORMA DA CONSTITUIÇÃO
REDAÇÃO FINAL ÀS PROPOSIÇÕES
NºS 61/93 e 84/93

Artigo Único - Ficam alteradas as redações do inciso IX do Art. 179 e acrescentem-se os §§ 6º e 7º e alíneas "a" e "b", do inciso IX, do Art. 27 e acrescido um § 11, alterando-se, também, o § 7º do Art. 133, da Constituição do Estado do Paraná, conforme segue:

"Art. 179 - ...

IX - atendimento ao educando, no ensino pré-escolar, fundamental, médio e de educação especial, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

§ 6º - Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no Art. 179, inciso IX, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários, sem ônus para as verbas de educação previstas no Art. 185.

§ 7º - Os programas suplementares de material didático-escolar e de transporte escolar poderão ingressar no cálculo previsto no Art. 185, até o limite de dez por cento, devendo a despesa excedente ser financiada com outros recursos orçamentários".

"Art. 27 - ...

IX - ...

a) realização de teste seletivo, ressalvados os casos de calamidade pública, convulsão social ou imperiosa necessidade administrativa;

b) contrato com prazo máximo de dois anos;

§ 11 - Nos concursos públicos para preenchimento de cargos dos três Poderes, inclusive da Magistratura e do Ministério Público, não haverá prova oral de caráter eliminatório ou classificatório, ressalvada a prova didática para cargos do magistério".

Art. 133 - ...

§ 7º - Os orçamentos previstos no § 6º, I, II e III deste artigo, em que constarão, detalhada e individualizadamente, as obras previstas e seus respectivos custos, deverão ser elaborados em consonância com as políticas de desenvolvimento urbano, rural e regional integrantes do plano plurianual".

Sala das Sessões, em 13.12.93.

(aa) JÚLIO BIFON - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 399/93, que objetiva criar, na Secretaria de Estado da Segurança Pública, com lotação no Departamento de Polícia Civil, 150 cargos em Comissão, com a denominação de Assistente de Segurança Pública e simbologia 9-C.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 399/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam criados, na Secretaria de Estado da Segurança Pública, com lotação no Departamento de Polícia Civil, 150 (cento e cinquenta) cargos em Comissão, com a denominação de Suplente de Delegado e simbologia 9-C, os quais serão providos na forma do disposto no parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 7880, de 20 de junho de 1984.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta de dotações próprias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3º - Aos futuros exercentes dos cargos ora criados será ministrado curso básico pela Escola de Polícia Civil do Estado do Paraná.

Art. 4º - São requisitos necessários para ingresso no cargo de Assistente de Segurança:

a) Comprovação de escolaridade mínima de 2º grau completo ou equivalente;

b) Submeter-se a testes psicotécnicos.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

EURIDES MOURA - Relator

Aprovada.

(Com o voto contrário da Bancada do PT, do Deputado Colombino Grassano e Valderi Vilela).

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 572/93, que objetiva alterar disposições da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado) e adota outras providências, conforme específica. Aprovada. (Publ. no D.A. nº 133, de 29.09.93).

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 581/93, dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado do Paraná para o exercício financeiro de 1994, conforme específica. Aprovada. (Publ. no D.A. nº 134, de 30.09.93). (Com voto contrário do PT e da Deputada Emilia Belinati).

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 324/93, que autoriza o Poder Executivo a alterar a redação do § 2º, do Artigo 12 e do inciso V, do Artigo 23, ambos da Lei nº 6774, de 08 de janeiro de 1976 (Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Paraná). Aprovada.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 324/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - As carreiras dos quadros de oficiais médicos, oficiais dentistas, oficiais veterinários e oficiais bioquímicos, da Polícia Militar do Paraná, iniciam-se por concurso público, no posto de 1º Tenente e terminam no posto de Coronel;

Art. 2º - Para implementação do previsto no art. 1º desta lei, ficam criadas no quadro de oficiais veterinários, uma vaga de Coronel Veterinário, uma vaga de Tenente Coronel Veterinário e uma vaga de Major Veterinário, e no quadro de oficiais

Curitiba, terça, em 14.12.93

bioquímicos, uma vaga de Coronel Bioquímico.

Parágrafo Único - O acesso às vagas criadas nesta lei, observará os critérios legais de promoções da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Art. 3º - Em razão das alterações desta lei, o anexo 01 da Lei nº 9507 de 28 de dezembro de 1990, passa a vigorar na forma do Anexo 01.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14.12.93.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

EURIDES MOURA - Relator

ANEXO 01

QUADRO DE OFICIAIS

QUADROS	CEL.	TEN. CEL.	MAJ.	CAP.	1º TEN	2º TEN	SOMA
Q.O.P.M.	12	37	60	177	193	230	709
Q.O.B.M.	2	5	8	18	40	50	123
Q.O.P.M. Fem.	-	-	-	1	4	7	12
Q.S. - Médico	1	5	6	6	16	-	34
Q.S. - Dentistas	1	2	7	8	14	-	32
Q.S. - Veterinários	1	1	1	1	2	-	6
Q.S. - Bioquímicos	1	2	1	1	3	-	8
Q.C.P.M.	-	-	-	1	1	-	2
Q.O.E. Músicos	-	-	-	-	1	1	2
Q.O.E. - Comunicações	-	-	-	-	1	2	3
Q.O.A.	-	-	-	13	25	74	112
Q. Of. Extinção	-	1	1	1	-	-	3
TOTAIS	18	53	84	227	300	364	1 046

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 655/93, autoriza o Poder Executivo a vender, mediante prévias avaliações ações que detém da Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 655/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado nos termos desta lei, a vender, mediante prévias avaliações, ações que detém da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, considerada a composição acionária vigente em 30.10.93, observados os seguintes limites:

I - até a totalidade das ações sem di-

reito a voto, emitidas em nome do Estado do Paraná;

II - as ações ordinárias emitidas em nome do Estado do Paraná, até o limite do art. 3º desta Lei e

III - até a totalidade das ações com e sem direito a voto, emitidas em nome do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, administrado pelo Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO.

§ 1º - A venda a que se refere este artigo será efetivada parceladamente, em diversas operações de montantes adaptados às efetivas necessidades de recursos, para os fins previstos no art. 2º desta lei.

§ 2º - Os procedimentos de venda não serão levados a efeito se a avaliação específica, destinada a cada operação, indicar para o respectivo lote de ações, preço

mínimo inferior a 90% (noventa por cento) de seu valor de patrimônio líquido para as ações preferenciais e de 100% (cem por cento) de seu valor do patrimônio líquido para as ações ordinárias.

§ 3º - As operações de venda das ações de que trata este artigo serão lideradas pelo BANESTADO S/A - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários.

§ 4º - As operações de venda que trata esta lei deverão ser acompanhadas por 5 (cinco) membros do Poder Legislativo designados pelo Presidente por indicação dos Líderes.

Art. 2º - Dos recursos obtidos com a venda das ações de que trata esta lei, 65% (sessenta e cinco por cento) serão aplicados na Companhia Paranaense de Energia - COPEL, destinados a investimentos em sistema de geração, transmissão e distribuição de energia.

§ 1º - Os recursos citados no "caput" deste artigo serão contabilizados em conta específica gerida pela COPEL, denominada "Fundo de Investimentos Energéticos", até a sua conversão em ações pelo Estado do Paraná em futuras subscrições e integralização de capital pela COPEL.

§ 2º - 25% (vinte e cinco por cento) serão aplicados em obras de construção e conservação de estradas e 10% (dez por cento) em obras da FERROESTE, portuárias e de construção de casas populares.

§ 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder no Orçamento do Estado as alterações necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 3º - O Estado do Paraná deterá sempre no mínimo 60% (sessenta por cento) do total das ações ordinárias da Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

Art. 4º - É vedado ao Estado do Paraná dar em garantia de operações de empréstimos ou financiamento de qualquer natureza, ações com direito a voto de sociedade de economia mista ou empresas públicas nas quais seja acionista majoritário.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.12.93

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
EURIDES MOURA - Relator

Aprovada.

O DR. ROSINHA - Com voto contrário do PT.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registre-se voto contrário do PT, da Deputada Emilia Belinati e do Deputado Valderi Vilela.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 733/93, autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 112/93, reajusta, a partir de 1º de Janeiro de 1994, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares, ativos e inativos e os salários do pessoal contratado, da administração direta e autárquica do Poder Executivo, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F..

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário em nº de 02 (duas), de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano e da Sra. Deputada Emilia Belinati, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 733/93
EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA
DE PLENÁRIO, Nº 01

O artigo 8º do Projeto de Lei nº 733/93, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 1994, revogadas as disposições em contrário".

Sala das Sessões, em 14.12.93

(a) COLOMBINO GRASSANO

Apoiamento: Heinz Herwig, João Iensen, Anibal Khury, Nelson Garcia, Valderi Mendes Vilela, Paulo Maia, Ademar Traiano, Carlos Simões, Basílio Zanusso, José Alves, Antônio Annibelli, Lourenço Fregonese, Nelson Justus, Mário Bezerra, Cezar Silvestri, Arlindo Troian, Rossoni.
JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa corrigir o art. 8º, para que não se suprima do Estatuto dos Funcionários Públicos, a possibilidade dos dirigentes dos Poderes em utilizar, quando necessário, a gratificação por encargos especiais.

Tal gratificação está prevista para situações de interesse público em caráter excepcional.

Ressalte-se que tal proposta, tem ainda como finalidade, resguardar a autonomia dos Poderes legalmente constituídos. Por isto entendemos, que a revogação de tais dispositivos, fere sobremaneira a autonomia administrativa e financeira dos Poderes.

Somente com a aquiescência dos Chefes dos Poderes no Estado é que tal proposição poderia ser alterada, daí sua inconstitucionalidade.

Ademais, a constituição do Estado, prevê aos Estatutos tratamento diferenciado, via Lei Complementar.

Dadas tais colocações esperamos contar

com a aprovação dos Senhores Deputados nesta Casa.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N° 02

Incluir no Projeto de Lei n° 733/93 mais um artigo, nos seguintes termos:

"Art. 9° - Autoriza o Poder Executivo a conceder, no mês de dezembro/93 e no mês de janeiro/94, abono ao INPC do mês de novembro aos níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal contratado nos termos da Lei n° 9.198, de 18 de janeiro de 1990, da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo".

Sala das Sessões, em 14.12.93

(a) EMILIA BELINATI

Apoiamento: Rossoni, Valderi Mendes Vilela, Luiz Carlos Martins, Heinz Herwig, Arlindo Troian, Colombino Grassano, Nelson Justus, Ovídio Constantino, Ernani Pudell, Severino Félix, Doutor Rosinha, Dalton Machuca, Mário Bezerra, Paulo Maia, Luiz Carlos Alborghetti.

Iremos apreciar apenas as duas emendas aprovadas em Plenário. Em votação a emenda n° 01. (Lê a emenda). Aprovada.

Em votação a emenda n° 02, de Plenário. (Lê). Aprovada.

O Projeto irá à Redação Final na próxima Sessão Extraordinária.

ITEM 07

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 005/93, autoria do Deputado Severino Félix Pessoa, autoriza a realização de Plebiscito no Município de Miraselva, para que a população decida sobre a criação do Município de Prado Ferreira. Com PARECER da C.C.J. com SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J.. Aprovado o Substitutivo Geral da C.C.J..

Este Projeto irá à Redação Final na próxima Sessão Extraordinária.

ITEM 08

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 530/91, autoria do Deputado Valdir Rossoni, incorpora parte da área territorial do Município da Lapa ao Município de Contenda. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 10

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 713/93, autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 100/93, altera a denominação dos cargos de provimento em comissão que mencionam, da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, assim como criar, na mesma, Secretaria de Estado, os cargos em comissão que relaciona, em número e símbolo-

Curitiba, terça, em 14.12.93

gia conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.F.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 11

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 749/93, autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 114/93, aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado no valor de CR\$ 116.763.000,000, conforme específica. Com PARECER da C.C.J. e C.F.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 12

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 750/93, autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 115/93, aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 87.216.000,00, conforme específica. Com PARECER da C.C.J. e C.F.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 13

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 720/93, autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 099/93, altera dispositivos da Lei n° 8.925 de 28 de dezembro de 1988 (IPVA). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 24

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 027/93, autoria do Deputado Anibal Khury, autoriza a realização do plebiscito no Distrito de Porto Novo a ser desmembrado do Município de Adrianópolis, com limites e confrontações conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 14

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 748/93, autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 113/93, aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado no valor de CR\$ 335.000.000,00, conforme específica. Com PARECER da C.C.J. e C.F.. Aprovado, artigo por artigo.

A SRA. EMILIA BELINATI - Com meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registre-se voto contrário da Deputada Emilia Belinati.

ITEM 15

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 751/93, autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 117/93, aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 259.516.640,00, conforme específica. Com PARECER da C.C.J. e C.F.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 16

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

752/93, autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 118/93, aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado no valor de CR\$ 17.100.000,00, conforme especifica. Com PARECER da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 17

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 753/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 119/93, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 3.300.000,00, conforme especifica. Com PARECERES da C.C.J. e C.F.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 18

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 754/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 120/93, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 268.480.000,00, conforme especifica. Com PARECERES da C.C.J. e C.F.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 19

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 710/93, de autoria do Deputado João Iensen, que declara de Utilidade Pública o Serviço de Assistência Social BETESDA, com sede e foro na Cidade de Antonina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 21

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 728/93, de autoria do Namiir Piacentini, que declara de Utilidade Pública o Conselho Municipal da Juventude de Campo Mourão, com sede e foro no Município de Campo Mourão-PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 09

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 072/91 de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que declara de Utilidade Pública a Fundação Educacional Pestalozzi, com sede e foro no Distrito de Guaragi, Município de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 22

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 686/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no Município de Sertãoópolis-PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 23

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 762/93 de autoria do Poder Executivo -

Mensagem n° 122/93, que acresce as alíquotas das tabelas de que trata o art. 4° da Lei n° 7257 de 30/11/79, conforme especifica. Com PARECERES da C.C.J. e C.F.. Aprovado, artigo por artigo.

A Mesa pede permissão ao Plenário para aguardar um pouco a discussão e votação do Projeto 761/93 porque o Deputado Rosinha está discutindo a apresentação de uma Emenda. Enquanto isso, com a permissão do Plenário;

ITEM 25

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 714/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 101/93, que altera Lei n° 8933 de 26 de janeiro de 1989, pertinente ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 171, de 02.12.93 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 714/93

P A R E C E R :

O Poder Executivo apresenta Mensagem de n° 101/93, que visa alterar a Lei n° 8933, de 26 de janeiro de 1989, Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS.

As mudanças pretendidas pelo presente são necessárias para adequar a lei do nosso Estado às dos outros Estados brasileiros, visando ainda adotar medidas de proteção da economia paranaense.

Assim sendo, após as análises devidas, a presente proposição encontra-se de acordo com a legislação em vigor e não fere qualquer dispositivo constitucional.

Parecer favorável, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 14.12.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Lembremos ao Plenário que, logo a seguir, faremos mais uma sessão extraordinária.

Esta Presidência em nosso nome, em nome do Deputado Djalma de Almeida César, do Deputado Heinz, nossos diretores de esportes da Assembléia Legislativa, estamos convidando a todos os Deputados e a Deputada Emilia Belinati para um jantar de confraternização amanhã, na Chácara Malucelli, quando haverá uma competição esportiva entre o time do Deputado Djalma e do Deputado Heinz e o time do Deputado Orlando Pessuti. Logo após será servido um jantar e haverá algumas brincadeiras muito interessantes que estão sendo organizadas pelo Deputado Djalma de Almeida César.

Neste jantar podem levar o marido e as

esposas.

Atenção Senhores Deputados.

ITEM 20

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 761/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Institui o Fundo Estadual de Saúde - FUNSAÚDE, na forma que especifica. Com PARECER da C.C.J. e C.F..

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ernani Pudell e Ovídio Constantino, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI N° 761/93

Acrescente-se os seguintes parágrafos na proposição supra:

§ 3° - Os recursos financeiros do Sistema Único de Saúde - SUS, serão depositados em conta especial no Banco do Brasil ou BANESTADO e constituirão o Fundo Estadual de Saúde - FUNSAÚDE.

§ 4° - O Fundo Estadual de Saúde será gerido pelo Conselho Estadual de Saúde e estará sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Saúde.

§ 5° - O FUNSAÚDE será constituído, entre outras, pelas seguintes fontes de recursos:

I - Serviços que possam ser prestados sem prejuízo da assistência à saúde.

II - Ajudas, contribuições, doações e donativos.

III - Alienações patrimoniais e rendimentos de capital.

IV - Taxas, multas, emolumentos e preços públicos arrecadados no âmbito do SUS.

V - Rendas eventuais, inclusive comerciais e industriais.

VI - Recursos do Estado e da Seguridade Social da União.

VII - Recursos da União.

VIII - Recursos de convênios.

§ 6° - Os recursos do FUNSAÚDE serão destinados unicamente para despesas de atendimento à saúde da população.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(aa) DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

OVÍDIO CONSTANTINO

Apoiamento: Valderi Mendes Vilela, Namir Piacentini e Rossoni.

Curitiba, terça, em 14.12.93.

Esta Presidência transforma esta Sessão e este Plenário em Comissão Geral e designa o Deputado Oswaldo Trevisan para relatar a Emenda Aditiva de Plenário ao Projeto 761/93.

Com a palavra o Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente, recebendo a emenda para relatar em Comissão-Geral, gostaria de dizer a Vossa Excelência que a emenda encontra-se revestida das formalidades legais e tem o nosso parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em discussão o parecer favorável do Deputado Oswaldo Trevisan. Está em votação. Os Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. APROVADO.

Está em discussão o projeto e a emenda.

Está em votação o projeto, ressalvada a Emenda de Plenário. Os Senhores Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão. APROVADO.

Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda de Plenário permaneçam como estão. APROVADA.

O projeto irá à terceira discussão e redação final ainda no dia de hoje.

Sobre a mesa, Requerimento n° 4991, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. APROVADO. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 733/93;
e do Projeto de Resolução n° 005/93.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 761/93.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 714/93.

Levanta-se a sessão.